

## **TRATAMENTO DISCURSIVO DA INTERTEXTUALIDADE: uma possibilidade?**

Luís Rodolfo Cabral<sup>1</sup>

**RESUMO:** Com este trabalho, problematizamos a categoria intertextualidade nos estudos da Linguística Textual, sobretudo se pensada a partir de um diálogo com a Análise de Discurso. Apresentamos o quadro atual da Linguística de Texto, e nos referimos aos estudos que trabalham a intertextualidade em textos não verbais. Questionamos como, pela concepção de linguagem como atividade interativa, e em uma perspectiva discursiva de estudo, a noção de intertextualidade sustentada apenas em conhecimentos sociocognitivos pode ser problematizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intertextualidade. Linguística Textual. Formação discursiva.

### **1 INTRODUÇÃO**

A presença do *Outro* nas produções verbais e não verbais, apesar de antigo, ainda é tema de interesse da Linguística Textual atualmente. Apesar de terem-se dedicado quase que exclusivamente aos estudos das materialidades verbais, os trabalhos da Linguística Textual atualmente já reconhecem a manifestação intertextual em textos não verbais. Com isso, entram como novos objetos de estudos, por exemplo, a publicidade televisiva em que é comum se recorrer a obras de arte (plásticas ou musicais) para a elaboração de uma campanha.

Credita-se a Kristeva o primeiro registro do termo intertextualidade, em estudo em que define texto como um “mosaico de citações”. Segundo Fiorin (2006), a autora elabora este conceito a partir dos postulados de Bakhtin – “todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menos grau” (BAKHTIN, 2003, p.272).

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal do Maranhão – Campus Santa Inês, e da Faculdade Santa Fé (MA). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí. Contato: [rodolfo.cabral@ifma.edu.br](mailto:rodolfo.cabral@ifma.edu.br)

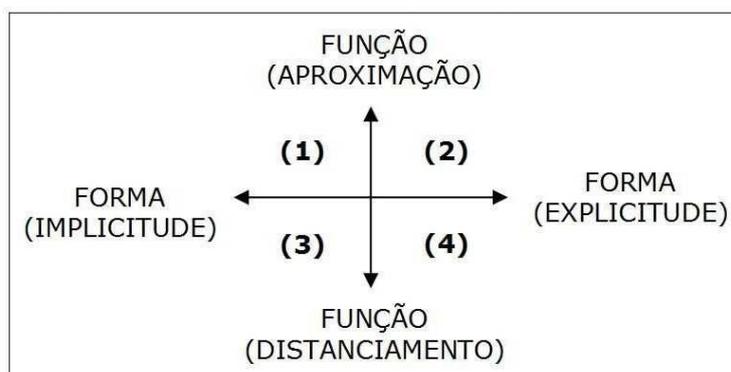
Ao longo da história dos estudos sobre textos, foram várias as tentativas de se sistematizar o tratamento desta categoria. Como registra Maingueneau (1998), há uma série de definições, que por vezes, são conflitantes entre si. Por exemplo, para o próprio autor, a intertextualidade é tanto uma “propriedade constitutiva” do texto, quanto “um conjunto de relações explícitas e implícitas que um texto mantém com outros textos” (MAINGUENEAU, 1998, p. 87). Gennet (apud MAINGUENEAU, 1998) prefere o termo “transtextualidade”, por considerar mais restrito. Elenca ainda as relações transtextuais em: a) intertextualidade, quando se supõe a presença de um texto em outro texto; b) paratextualidade, quando se refere às adjacências do texto (como os títulos, as ilustrações, o sumário, etc.); c) metatextualidade, quando se trata de um comentário de um texto por um outro; d) arquitextualidade, quando há relação de um texto com as diversas classes às quais pertence; e, por fim, e) hipertextualidade, quando se quer referir à operação pela qual um texto insere-se sobre um texto anterior, sem que se trate de um comentário (paródias, pastiches, falsificação, etc.).

Mais recentemente, em obra que trata exclusivamente do assunto, Koch, Cavalcante & Bentes (2007) apresentam subdivisões da categoria para o que chamam intertextualidade “stricto sensu”: intertextualidade temática, intertextualidade estilística, intertextualidade explícita e intertextualidade implícita. Há também os estudos sobre o processo de construção de sentido do texto em que a intertextualidade é considerada fator de coerência (KOCH, 1997), perspectiva que rendeu estudos sobre a construção de sentido do texto, como, por exemplo, o fizemos em Cabral (2007). Em outras palavras, discutir a intertextualidade é também discutir os princípios de construção de sentido.

Entretanto, em se tratando de textos verbais, materialidade a qual a Linguística Textual priorizou por algum tempo, percebemos um tratamento simplificado à questão, impondo enquadramentos específicos e rígidos para tais manifestações. A se ver pelos autores de que falamos acima, notamos exaustivas tentativas de sistematização para o tratamento da intertextualidade, resultando em categorias bastante reducionistas, uma vez que agrupam o intertexto em unidades distintas e opostas, como se o fenômeno pudesse ser disposto em dicotomias que se opunham. Ademais, essas categorias classificatórias para a intertextualidade, inclusive as de trabalhos mais recentes – como em Koch, Cavalcante & Bentes (2007) se adéquam propriamente às manifestações linguísticas, deixando de fora, por exemplo, as materialidades imagéticas.

Tal lacuna de estudos para textos não verbais motivou Mozdzenski (2009) à elaboração de um modelo de intertextualidade em materialidades não linguísticas. Como ponto de partida, o autor propôs um deslocamento da noção de explicitude, como concebida por Marscusi (2007), para quem “explicitar é oferecer uma formulação discursiva de tal modo que contenha em si as condições de interpretabilidade adequada ou pretendida” (MARCUSCHI, 2007, p.40). Essa noção considera que, na produção de um texto, devem ser oferecidas pistas que lhe viabilizem a interpretação. Conforme a perspectiva sociocognitivista, significa também que as pistas são dadas de acordo com os contextos dos interlocutores e seus conhecimentos partilhados.

Outro ponto de base para o modelo elaborado por Mozdzenski (2009) é a funcionalidade<sup>2</sup> de cada ocorrência, mais especificamente o posicionamento do texto citante em relação ao texto citado. O autor formula essa categoria a partir da noção de polifonia de Bakhtin (2006): o discurso é concebido como arena onde se entrecruzam e lutam vozes de diversas orientações (concordantes, contraditórias, satíricas). Esses dois pontos, explicitude e funcionalidade, formam dois contínuos de um gráfico (ver Gráfico I, abaixo), que sintetiza, em uma perspectiva sociocognitiva e discursiva, a representação da intertextualidade e da intericonicidade para textos não verbais.



**Gráfico I - Modelo de análise intertextual**

**Fonte:** Mozdzenski (2009)

Entendemos que este modelo proponha um deslocamento à noção de intertextualidade vigente nos estudos de Linguística Textual, e que, por apontar uma nova visada à questão, introduza novos critérios para o tratamento da materialidade não

<sup>2</sup> O autor confessa estar ciente das implicações trazidas pelo termo “funcionalidade” e “função”, mas prefere utilizá-los dada a ausência de terminologia mais apropriada.

verbal, o que pode render trabalhos proveitosos, como, inclusive, foi testado em Cabral (2011).

A introdução deste novos parâmetros, no entanto, cria novos entraves à noção de intertexto, sobretudo em relação à identificação do texto fonte. É que o modelo proposto por Mozdzenski (2009) funciona sob dois eixos, o da explicitude e o da funcionalidade, o que impõe ao leitor o papel decisivo no processo uma vez que pressupõe-se capaz de identificar toda e qualquer forma de explicitação e de funcionalidade do texto fonte no texto novo.

Partindo desse preâmbulo, mostramos que, apesar do aparente consenso teórico nos estudos atuais sobre a intertextualidade, o assunto se mostra terreno ainda a ser explorado. Em vistas de adentrarmos com mais propriedade na discussão, a seguir situamos o quadro teórico atual da Linguística de Texto com a qual trabalhamos, ou seja, o da perspectiva discursiva de estudo. Delineamos também um panorama das contribuições do sociocognitivism para a agenda teórica de estudos recentes desta disciplina.

## **2 INTERTEXTUALIDADE: uma questão sociocognitiva**

Na Linguística Textual atualmente, sob a égide das teorias sociocognitivistas, defende-se que a intertextualidade integra um dos sistema de conhecimento que precisam ser ativados pelo leitor para o processamento do texto (KOCH, 2002; KOCH & ELIAS, 2006, KOCH & ELIAS, 2009). São diversas as outras contribuições das teorias sociocognitivistas para as mais variadas questões de domínio da Linguística Textual: a referenciação, a inferenciação, o acessamento ao conhecimento prévio, o tratamento da oralidade e da relação oralidade/escrita, o estudo dos gêneros textuais, dentre outros (KOCH, 2001).

Para esta disciplina, adotar o paradigma sociocognitivo significou relegar à linguagem o papel fundamental para explicar o conhecimento e as relações de aspectos sociais e cognitivos; a interação, por esta perspectiva, torna-se a base da atividade linguística, pois “os eventos linguísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes. São, ao contrário, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente” (KOCH & CUNHA-LIMA, 2004, p.283). Como consequência, é revelado o papel do homem como sujeito na produção da esfera social e da esfera

histórica da qual participa e a qual constrói – como defendem Koch (1997) e (2002), Koch & Elias (2006, 2009), Marcuschi (2008), e outros autores.

Para a Linguística Textual, o sociocognitivismo<sup>3</sup> permite nova concepção de contexto (KOCH, 2001), que considera as múltiplas atividades cognitivas desenvolvidas pelos participantes de uma interação, e a maneira como esses participantes, explícita ou implicitamente, atuam na e pela linguagem. A noção de contexto, em uma perspectiva sociocognitiva, engloba todos os tipos de conhecimento arquivados na memória dos interlocutores, não somente o co-texto (propriedades internas do texto), mas também o que o ultrapassa: a situação de interação imediata, o entorno sociopolítico-cultural, e ainda o contexto sociocognitivo dos interlocutores (KOCH, 2002, 2004).

Com o fim de refinar a categoria e de dar um tratamento mais detalhado à definição de contexto em uma perspectiva sociocognitiva, Van Dijk (2012) coloca a questão não somente em referência à cognição, mas também à língua, à sociedade e à cultura. Para o autor, contexto são construtos subjetivos dos participantes, ou seja, modelos esquemáticos, de experiências subjetivas e objetivas, que consistem em “esquemas de categorias compartilhadas, convencionais e dotadas de uma base cultural que facultam uma interpretação rápida de eventos comunicativos únicos em curso” (VAN DIJK, 2012, p. 35).

Dado o quadro teórico em que se situa, o objeto da Linguística de Texto passa a ser tomado sob nova perspectiva; a investigação sociocognitiva dos fenômenos da linguagem aponta para um tratamento discursivo do texto, pois

O sentido das palavras e textos não lhes é imanente e não é depreensível numa atividade de cálculo com regras rígidas previamente estabelecidas. O sentido é necessariamente situado histórica e socialmente e é, também, plástico, no sentido de que, em todos os níveis da linguagem, existe uma negociação entre os interactantes para o estabelecimento desse sentido. A linguagem não traz os objetos do mundo para dentro do discurso e sim trata esses objetos de diversas maneiras, a fim de atender a diversos propósitos comunicativos: passa-se a falar, então, em objetos-de-discurso (KOCH & CUNHA-LIMA, 2004, p.295).

---

<sup>3</sup> Por questão de espaço, não cabem aqui discussões sobre as diferenças entre o cognitivismo tradicional e o sociocognitivismo. Para os principais pontos sobre os paradigmas cognitivos em estudo de texto, ver Koch & Cunha-Lima (2004).

Compartilham da mesma postura teórica os estudos de Van Dijk (2006, 2008 e 2009) para quem contexto é um construto mental, que funciona como a interface entre as estruturas situacionais e sociais e as estruturas discursivas, “porque representam subjetivamente aspectos relevantes da situação e da sociedade, e interferem diretamente no processo de produção e de compreensão de discursos” (VAN DIJK, 2006, p.163)<sup>4</sup>.

### **3 INTERTEXTUALIDADE: uma questão discursiva**

A perspectiva de estudo de que tratamos no tópico anterior deve ser conduzida com cautela; texto e discurso não podem ser tratados como se fossem a mesma materialidade. Entendemos que a problemática em tal perspectiva de estudo está na utilização de critérios semelhantes para o tratamento de objetos distintos. Por isso que, a nosso ver, a intertextualidade precisa receber tratamento específico, sobretudo se considerada a perspectiva discursiva do estudo do texto.

A matéria do discurso, o enunciado, não está no mesmo nível das sequências de estruturas linguísticas, o que, de certa forma, é a matéria do texto. Ademais, o texto, como se sabe, tem espaço definido como objeto na própria Linguística Textual, cujos estudos se voltam, dentre outros aspectos linguísticos e cognitivos, para as estratégias de processamento do texto (tanto na perspectiva da escrita quanto na da leitura), os princípios de coerência, os mecanismos de coesão, as formas de articulação, o uso de operadores argumentativos, as marcas de articulação na progressão textual. O estudo do discurso, por sua vez, não desconsidera essas manifestações da ordem da língua (logo, das do texto), mas delas parte; o discurso não é a língua, mas dela precisa para se materializar; o discurso não é palpável, e, apesar de obedecer a uma ordem, não se estrutura como a língua.

O que defendemos é a necessidade de deslocamento epistemológico de categorias da Análise do Discurso para a Linguística Textual – neste trabalho, especificamente para o tratamento da intertextualidade. Explicamos. Seguindo a vertente sociocognitivista da Linguística de texto, para a construção de sentido do texto, o leitor ativa diferentes sistemas de conhecimento: conhecimento enciclopédico ou de

---

<sup>4</sup> Traduzido do original em língua inglesa, sem versão oficial em português.

mundo, conhecimento interacional, e conhecimento linguístico. Dentre estes sistemas, que precisam ser ativados pelo leitor para o processamento do texto, está o conhecimento de textos previamente produzidos, a base da intertextualidade.

De outra maneira: nos estudos da Linguística Textuais defende-se que, para que se concretize como fenômeno intertextual, um texto precisa ser reconhecido. Não é bem assim. Acreditamos que a intertextualidade independe de o interlocutor reconhecer ou não o texto fonte. Afinal, se conforme Bahktin, todo enunciado é um elo na cadeia discursiva, posicionamento consensual em trabalhos atuais sobre o assunto (KOCH, BENTES & CAVALCANTE, 2007; KOCH & ELIAS, 2009), é porque, para o funcionamento da linguagem – do texto, portanto –, é primordial essa retomada do que já foi previamente dito. Recorrer ou não ao texto fonte que é retomado pode ser uma tarefa que se impõe ao interlocutor, que, pela interação, conduz a leitura em busca de sentido a partir das pistas linguísticas e não linguísticas deixadas no texto.

Isso significa que conceber a intertextualidade como se fosse o pico de uma montanha a ser escalada é focalizar no leitor um processo de interação que o antecede, sob o risco de se perder em abismos de possibilidades de leituras, inclusive as não autorizadas. Escalado ou não, o pico da montanha permanece pico; alcançada ou não, a intertextualidade permanece materializada no texto. Não se trata de impor um sentido, nem uma única possibilidade de leitura, previamente estabelecida pelo autor – discussão, aliás, já vencida (essa sim) nos estudos da Linguística Textual balizada pelas concepções de sujeito, texto e sentido; nossa proposta enfatiza outro aspecto: a necessidade de se entender os processos que permitem a organização intertextual.

Em primeiro lugar, se a perspectiva discursiva vem ganhando espaço cada vez mais sedimentado na Linguística Textual, impõe-se como tarefa para a disciplina repensar a própria noção de texto. Sobre esta problemática, Guimarães explica que “*texto* tem a ver com a ilusão de evidência ligada ao fato de que há seqüências de linguagem que se caracterizam por ter um princípio e um fim” (GUIMARÃES, 1995, p. 2, grifo do autor).

A despeito dos elementos coesivos – melhor dizendo, das operações próprias da textualidade – o texto é resultado de um processo da construção da ilusão de uma unidade. O indivíduo, enquanto sujeito, é interprelado pela ideologia, e atravessado por discursos. Essas relações de forças – por vezes, opostas e conflitantes – têm efeitos no texto. “É a relação do sujeito com o texto, e deste com o discurso, e a inserção do

discurso em uma formação discursiva determinada que produz a impressão da unidade, a transparência” (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p. 20). \

É por isso que defendemos que, antes de considerarmos os conhecimentos ativados pelos sujeitos para a construção de sentido do texto, é preciso levar em conta a formação discursiva em que ele se inscreve para enunciar.

Foucault (1969) nos ensina que uma unidade linguística só se torna unidade do discurso se ligarmos esse enunciado a outros. “Dizer uma frase não é suficiente, nem mesmo dizê-la em relação de um determinando campo de objetos (...). Para que seja enunciado: é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente” (FOUCAULT, 1969, p. 128).

Por esse pensamento, podemos entender que própria construção o texto é determinada por elementos que o antecede, que organizam os sentidos antes mesmo de eles serem materializados no texto: as formações discursivas<sup>5</sup>. Ao relacionar os enunciados a um “campo adjacente”, Foucault evidencia que um enunciado é povoado por outros enunciados – posição compartilhada também por Bakhtin (2006) ao discorrer sobre os enunciados serem um elo na cadeia discursiva.

Com Maingueneau (1995, 1996, 2010), podemos dizer que as formações discursivas se organizam em relação a um campo, cuja organização não é homogênea, nem se firma em estrutura estática, mas em um jogo de equilíbrio instável, atravessado por diversas formações discursivas em que os sujeitos investem em diferentes gêneros textuais e em variedades linguísticas ao assumir um lugar de enunciação. Para o autor, “os diversos posicionamentos estão em relação em concorrência em sentido amplo, isto é, sua delimitação recíproca não passa necessariamente por um confronto aberto” (MAINGUENEAU, 2010, p. 50).

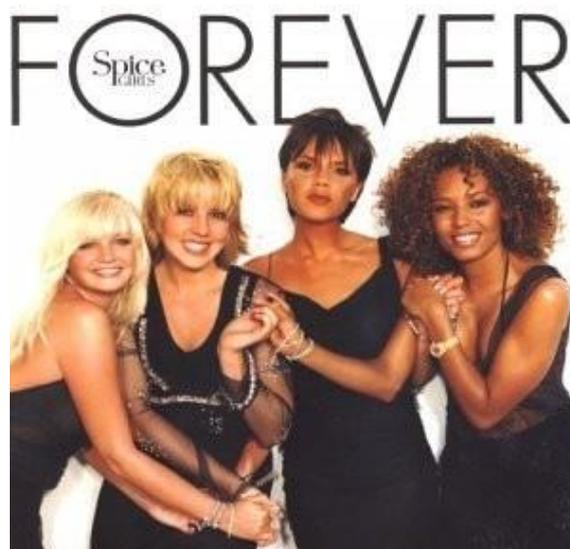
Nesse sentido, podemos entender o entrelaçamento de diferentes formações discursivas: trata-se de uma estrutura não rígida, o que nos permite pensá-las como espaço de circulação de valores e de tomada de posições, em que os sujeitos se engajam na/para a construção do dizer, já que a produção da fala e do discurso é uma das formas

---

<sup>5</sup> A noção-conceito de formação discursiva, em Foucault, aparece ao tentar entender como se organizam o conjunto de regras históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem as condições do exercício de uma função enunciativa, em um determinado contexto social e geográfico (FOUCAULT, 1969). Pêcheux (1975) sugere que essa noção tenha sido desenvolvida nos estudos da Análise de Discurso. Sobre esta estranha paternidade, ver Baronas (2004).

de ocupar posições em campos sociais, de forma que os falantes passam a ter trajetórias em cujo percurso persegue diversos valores.

Abaixo, segue uma figura abaixo para ilustrarmos como a noção de formação discursiva pode corroborar para os estudos sobre intertextualidade.

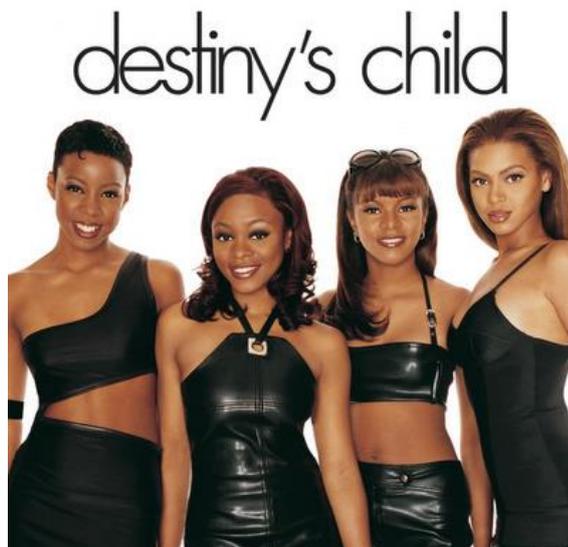


**Fig. 1** - Capa do disco *Forever*, lançado em 2000.  
**Fonte:** Google Images

A **Fig.1** é capa do último disco gravado pelas Spice Girls, grupo britânico famoso no final da década de 90. Na capa, de fundo branco, apresentam-se quatro integrantes do grupo, de mãos dadas, como se formassem uma corrente. Das quatro, três sorriem; todas trajam roupas de cor escura, e usam acessórios de joalheria. Na parte superior da imagem, em caixa alta, lê-se *Forever*, título do disco; e, em caixa baixa, *Spice Girls*, nome do grupo, no fundo vazado de uma das letras.

O lançamento deste disco foi representativo na época. Em apenas dois anos de carreira, as *Spice Girls* se consolidaram como bem sucedido grupo feminino, tendo vendido mais de 23 milhões de cópias de *Spice* (ROLLING STONE, 2012), disco de estreia lançado em 1996. Em 1998, uma das integrantes deixa o grupo, o que resulta em dois anos de hiato. *Forever* marca a continuidade de apenas quatro delas.

Vejamos a imagem seguinte.



**Fig. 2:** Capa do disco Destinys Child, lançado em 1998.  
**Fonte:** Google Imagens

A **Fig. 2** é capa do disco de estreia do grupo norte-americano Destiny's Child, formado na década de 90. Na capa, de fundo branco, apresentam-se quatro integrantes do grupo, em postura ereta. Das quatro, três sorriem, uma esboça sorriso; todas trajam roupas de cor escura. Na parte superior da imagem, em caixa baixa, lê-se *destiny's Child*, título do disco e também nome do grupo.

Podemos tomar estas duas capas de disco como manifestação textual híbrida, em que se conjungam materialidades verbal e não verbal. Partindo da noção de que “o enunciado é sempre dado através de uma densidade material, mesmo que dissimulada, mesmo que, apenas surgida, esteja predestinada a desvanecer-se” (FOUCAULT, 196 p. 132), o enunciado é tomado na emergência do acontecimento, é único e irrepetível, ou seja, nunca é idêntico a si mesmo quando mudam as situações de enunciação.

Eis o ponto de fragilidade dos modelos que tentam explicar o processo intertextual, que caracterizam o fenômeno sob as categorias de proximidade, alusão, referência, plágio, etc.: tais categorizações não são estanques, não são moldes em que o sentido (e no caso de nosso trabalho, a intertextualidade se encaixa). Até porque a linguagem não é uma questão de tudo ou nada. Em uma perspectiva discursiva de estudo do texto, entra em jogo também, no processo de construção de sentido, aquilo que antecede o leitor; o lugar no qual sujeito se posiciona, em uma dada formação discursiva, para enunciar.

O leitor, que se inscreve em uma formação discursiva para também enunciar, e participar do processo de construção de sentido, aceita sentidos e rejeita outros. É assim que a aproximação ou o distanciamento de **Fig. 1** entre **Fig 2**. depende do lugar de enunciação do sujeito leitor. Caso se inscreva em uma determinada formação discursiva, pode considerar a relação entre as duas capas como plágio; caso se inscreva em outra, como uma retomada (já que *Forever* investe em elementos da música negra americana, como fizeram as Destiny's Child no disco de estreia e em todos os outros da carreira – HUNTER, 2000). Há ainda o caso de se inscrever em uma formação discursiva que lhe permita sequer reconhecer a relação intertextual (materializada e presente, independente de ser reconhecida) entre os dois textos.

Ambos os textos, **Fig. 1** e **Fig. 2**, são acontecimentos que se dão porque são afetados pelo interdiscurso. Trabalhar na perspectiva discursiva é considerar que tais textos foram produzidos em uma condição de emergência histórica em que a retomada de enunciados previamente produzidos garante a circulação de novos enunciados, de novos sentidos.

Em outras palavras, o interdiscurso também em jogo no processo de construção do texto – logo, de sentido. Guimarães (1995) explica que o interdiscurso aparece como finitude no acontecimento enunciativo em virtude das posições enunciativas configuradas. “Ou seja, uma posição enunciativa recorta o interdiscurso que se dá, então, no acontecimento como algo que começa e termina” (GUIMARÃES, 1995, p. 3).

Partindo dessa premissa, temos, por exemplo, **Fig. 1**, que como texto, constroi um evento discursivo que o encerra. O texto, formado por enunciados, se inscreve em um campo discursivo atravessado por diferentes formações discursivas, e, nessa rede de sentidos, retoma pelo processo interdiscursivo um sentido já instaurado na memória.

Apesar de não ser foco de nosso trabalho discutir a diferença entre estas duas categorias, ressaltamos que não estamos sugerindo que intertextualidade e interdiscursividade sejam tratadas da mesma maneira, como se fossem categorias sinônimas. Com Orlandi (1996, 1999, 2001, 2006) e com Gregolin (2003, 2006) aprendemos que a noção de interdiscurso não deve ser reduzida a aspectos da materialidade textual, pois “é preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto; [este último] restringe-se à relação de um texto com outro texto” (ORLANDI, 1999, p. 34).

Parece-nos claro que a interdiscursividade seja um processo em que se incorporam percursos temáticos ou figurativos, temas ou figuras de um discurso em outros. A interdiscursividade, portanto, não implica a intertextualidade, “embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciador se refere também a um discurso que ele manifesta” (FIORIN, 2003). É o caso de nosso exemplo: Fig 1., tentativa de a banda conquistar novos horizontes testando a sonoridade da *black music*, retoma um sentido já instaurado em **Fig 2.**; o texto manifesta um discurso.

Dado nosso exemplo, defendemos que, como as noções discursivas vem sendo trazidas para a agenda teórica da Linguística Textual, é preciso se reconhecer que o texto é parte de um processo discursivo que não tem origem nos sujeitos. Os enunciados que proferem fazem parte de uma formação discursiva, e ela quem baliza todos os aspectos de um discurso, inclusive as práticas dos enunciadores em relação a construção de sentido do texto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro teórico atual da Linguística de Texto parece reconhecer a complexidade que é o objeto a que se dedica. Isso fica claro se compararmos as conjecturas teóricas que sustentavam os estudos de décadas passadas em relação aos que os sustentam os de hoje. A perspectiva discursiva, aliada a base teórica do sociocognitivismo, permitiu nova visada para o tratamento do texto. Foram muitos os avanços, dentre os quais destacamos especificamente a intertextualidade.

Fator de coerência e parte de um dos sistemas de conhecimento que precisam ser ativados para o processamento do texto, a intertextualidade tem sido tema de diversos estudos atuais. Todavia, a tentativa de enquadrar o fenômeno intertextual em categorias estanques parece-nos simplificar uma complexa questão.

Com nosso trabalho, mostramos uma fragilidade epistemológica no tratamento do texto em uma perspectiva da Linguística Textual que se aproxima da Análise do Discurso. Nesse sentido, acreditamos que possa ser proveitosa a integração da categoria formação discursiva em se tratando do fenômeno intertextual. Obviamente, falar de materialidade discursiva na relação com a análise textual não verbal nos obriga

a um rigor metodológico e a delimitação de critérios para esse tratamento, os quais, à medida que caminhamos com o estudo, serão estabelecidas mais propriamente.

## REFERÊNCIAS

ADAM, J M. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARONAS, R. L. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. São Carlos: Claraluz, 2004. (pp. 23-44).

BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, volume 1. São Paulo: Cortez, 2000.

CABRAL, L. R. **Zerando o Pierrot: uma análise intertextual para a construção de sentidos**. Ciências Humanas em Revista. Jul-Dez, 2007. Disponível em <http://goo.gl/kScM2>. Acesso em 08/09/2012.

CABRAL, L. R. **Linhas cruzadas em Telephone: uma questão de intertextualidade?** Littera Online. Número 3. Jan-Dez, 2011. Disponível em <http://goo.gl/xq6GS>. Acesso em 08/09/2012.

FÁVERO, L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: introdução**. 3ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (orgs.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, J. L. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. de L.P.; FIORIN, J. L. **Polifonia e intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

FOUCAULT, M. (1969) **A arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GREGOLIN, M. do R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. do R. (orgs.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003 (pp. 95-110).

GREGOLIN, M. do R. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

GUIMARÃES, E. Texto e enunciação. **Organon**. v.9, nº. 23, Tema O texto em perspectiva. 1995. Disponível em:  
<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29360/18050>

HUNTER, J. Forever – Review. **Rolling Stone**. 21 de novembro de 2000. Disponível em <http://goo.gl/iwJIE>. Acesso em 08/09/2012.

KOCH, I. V. G. Lingüística textual: quo vadis?. **DELTA**, vol.1, 2001 pp. 11-23. Disponível em <http://tinyurl.com/2du67y9> Acesso em 06 de junho de 2010.

KOCH, I. V.G BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, I. V.G CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Volume 3. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, I. V.G ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. V.G ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, I. V.G **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. V.G **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, I. V.G. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística textual: o que é e como se faz**. Recife: UFPE, 1983 (Série Debates).

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOZDZENSKI, L. A intertextualidade no videoclipe: uma abordagem discursiva e imagético-cognitiva. **Contemporânea**. Vol.7, nº 2, 2009. Disponível em <http://tinyurl.com/28qd7o8> Acesso em 30 de maio de 2010.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E.; COURTINE, J-J; HAROUCHE, C. (Orgs.). **Sujeito & texto**. Série Cadernos PUC. São Paulo: EDUC, 1988 (pp. 17-36).

ORLANDI, E. (1996) **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos dos trabalhos simbólicos. 5ª edição. Campinas – São Paulo: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas – São Paulo: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas – São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. Análise de discurso. In: LAGAZZY-RODRIGUES, S. ORLANDI, E. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006 (pp. 13-31).

PÊCHEUX, M. (1975a) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (1969). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PINTO, M. J. **Comunicação & Discurso**: introdução à análise de discursos. 2ª edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002. (1999).

**ROLLING STONE**. Spice Girls – The Biography. Disponível em <http://goo.gl/GvCtA>. Acesso em 08/09/2012.

VAN DIJK, T. A **Discourse and context**: a sociocognitive approach. New York: Cambridge University Press, 2008.

VAN DIJK, T. A Discourse, context and cognition. **Discourse Studies**, vol. 8, n. 1, p. 159-177, 2006.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. In: Woday, R; MEYERS, M. (eds.) *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage, 2009. (pp 62-85).

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

## **TRATAMENTO DISCURSIVO DA INTERTEXTUALIDADE: uma possibilidade?**

**ABSTRACT:** In this paper, we propose the integration of category discursive formation in studies of Textual Linguistics, and we emphasize the contributions that this epistemological shift could bring to the treatment of intertextuality. We present the current agenda of Text Linguistics, and we refer to studies that work intertextuality in nonverbal texts. We question how, by the conception of language as an interactive activity, and study a discursive perspective, the notion of intertextuality sustained only impose barriers on social cognitive knowledge.

**Key-words:** Intertextuality. Textual Linguistic. Discursive formation.